

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

GOVERNANÇA, PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM EDUCAÇÃO E DESDOBRAMENTOS DO PROGRAMA VIVA ESCOLA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE MACEIÓ

Edva Emanuelle Gomes da Silva (CEDU-UFAL)
(edvagomes@yahoo.com.br)

Georgia Sobreira dos Santos Cêa (CEDU-UFAL)
(gecea@uol.com.br)

Kesliane Kelainy Ferreira dos Santos (CEDU-UFAL)
(kelainy@gmail.com)

RESUMO:

O presente artigo é um estudo teórico de caráter qualitativo, realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE), que problematiza as parcerias público-privadas em educação como instrumentos de governança. Objetiva-se, assim, compreender relações entre as categorias governança, parcerias público-privadas e educação. Para tanto, a metodologia empregada está fundamentada em referências bibliográficas que discutem criticamente as categorias do estudo e em fontes documentais que explicitam alguns dados da PPP em educação firmada entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Secretaria Municipal de Educação/Maceió (Semed), no período de 2013 a 2019, materializada no Programa Viva Escola. O estudo evidenciou que as PPPs em educação buscam colaborar com o alinhamento dessa área social a interesses e mecanismos de mercado e, dessa forma, tais parcerias podem ser compreendidas como instrumentos de governança. Sob o protagonismo de organismos internacionais, governos locais têm implementado modelos de governança, inspirados na suposta eficiência do mercado. Na experiência da parceria PNUD/Semed, a definição de padrões básicos de funcionamento das escolas e de orientações referentes ao processo de ensino/aprendizagem e o atrelamento da qualidade da educação ao alcance de índices são desdobramentos da PPP que indicam a busca da “boa governança” da educação em nível local. Por fim, o estudo ratifica a necessidade de aprofundar questionamentos sobre interesses em jogo envolvendo entes internacionais e governos locais na condução de práticas que buscam dar um caráter global e padronizado à gestão local da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Governança. Parceria Público-Privada. PNUD. Programa Viva Escola.

1 INTRODUÇÃO

As parcerias em educação entre organismos internacionais e órgãos governamentais têm adotado fundamentos e práticas do âmbito privado como referência para a atuação do setor público na efetivação da política educacional. Entendidas, por esse motivo, como parcerias público-privadas (PPPs), essa forma

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

de articulação vem se expandindo, ocasionando mudanças na elaboração das políticas educacionais, o que nos leva a supor que tais parcerias funcionam como ferramentas de governança que refletem diretamente sobre a gestão da educação pública, visto que buscam imprimir em âmbito local direcionamentos definidos por instâncias globais (HOYLER *et.al.*, 2014).

Neste estudo, indagamos sobre as relações entre governança e parcerias público-privadas e trazemos uma parceria específica entre um organismo internacional e uma rede pública de ensino – respectivamente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Secretaria Municipal de Educação de Maceió (Semed) – para ilustrar a dinâmica entre o global e o local. O Programa Viva Escola emblema a referida parceria. O objetivo do estudo é compreender a relação entre as categorias governança, parcerias público-privadas e educação, além de identificar desdobramentos da parceria entre o PNUD e a Semed para a educação pública maceioense.

Com base no pensamento crítico-reflexivo e por meio de uma abordagem qualitativa, o estudo faz uso de fundamentação teórica e de fontes documentais. Robertson e Verger (2012), Cêa e Paz (2012), Reis (2013), Gallon e Severo (2015) e Peroni (2015) são as principais referências para a apreensão crítica das parcerias público-privadas em educação firmadas com organismos internacionais e sua relação com a governança. As fontes documentais tratam de notícias oficiais divulgadas no *site* oficial da Semed e de materiais resultantes da parceria desta com o PNUD. Na análise documental, identificamos desdobramentos da parceria PNUD/Semed para a educação básica de Maceió. Ressaltamos que os referenciais e as fontes documentais foram objeto de discussões do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE) e que as possíveis lacunas de análise são de nossa responsabilidade.

Organizamos o trabalho em três tópicos, além desta introdução e das reflexões finais: inicialmente, discutimos o surgimento, o significado da categoria governança e sua relação com as PPPs em educação. Em seguida, evidenciamos a influência que os organismos internacionais exercem nas políticas educacionais de

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

diversos países por meio das parcerias público-privadas. Por fim, apontamos alguns desdobramentos da parceria PNUD/Semed expressa no Programa Viva Escola, desenvolvido em Maceió no período de 2013 a 2019.

2 RELAÇÃO ENTRE GOVERNANÇA E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM EDUCAÇÃO

A noção de governança sofreu influência do contexto de expansão da globalização instaurada nos períodos entre a Revolução Industrial (século XVIII) e o pós Segunda Guerra Mundial (século XX), momento em que a globalização alcança o auge de seus interesses, que consistiam em estreitar as fronteiras dos países em todo o mundo, de modo que os problemas de cada um deles deixassem de ser fatores isolados, passando a assumir um caráter global sob a égide de uma ordem econômica, social, política, cultural e ambiental integrada, condizente com as perspectivas da lógica capitalista dominante (GALLON; SEVERO, 2015).

É nesse cenário que, a partir da década de 1960, o termo governança passa a ser utilizado, inicialmente no meio empresarial, com o sentido de “governança corporativa”, indicando a necessidade de as corporações assumirem a responsabilidade de encontrar as melhores práticas para sua direção e controle, o que no mundo dos negócios se convencionou chamar de *accountability* (MARQUES, 2007). Mas foi com o acirramento da crise capitalista, a partir dos anos 1970, que a ideia de governança foi incorporada pelos organismos internacionais, primeiramente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM), que se colocaram como financiadores de reformas estruturais em diversos países, influenciando na tomada de decisão dos Estados nacionais, conforme orientações essencialmente políticas e econômicas divulgadas massivamente em nível mundial (GALLON; SEVERO, 2015).

A problemática da governança entra em cena no setor público a partir do momento em que a tomada de decisão dos Estados nacionais é partilhada com organismos não-estatais, que atuam indiretamente, por meio de influências diversas,

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

ou diretamente, por meio de ações efetivas (HOYLER *et.al.*, 2014; GALLON; SEVERO, 2015). Esses sujeitos coletivos passam a integrar, junto com o Estado nacional, os chamados “arranjos de governança” (COSTA, 2017; HOYLER *et.al.*, 2014), comumente operacionalizados por meio de parcerias público-privadas (BORGES, 2003; HOYLER *et.al.*, 2014; GALLON; SEVERO, 2015; COSTA, 2017).

Embora seja um termo polissêmico (REIS, 2013; GALLON; SEVERO, 2015), é possível sintetizar a noção de governança tomando por base elaborações de diversos autores (MARQUES, 2007; GALLON; SEVERO, 2015; COSTA, 2017). Assim, governança pode ser entendida como uma forma específica de colaboração entre diferentes setores, públicos e/ou privados, para colocar em ação um conjunto de práticas que garantam a direção e o controle de corporações ou governos, no sentido de se alcançar os melhores resultados na resolução de problemas de diversas ordens.

O Banco Mundial (BM) apresenta o termo “boa governança”, tendo como pressuposto que os governos possuam capacidade de desenvolver ações definidas como adequadas pela ordem econômica hegemônica mundial; cabe aos Estados nacionais agirem com autoridade, mas também permitindo a atuação “livre” dos demais atores – os “parceiros” –, para que ambos caminhem em direção ao desenvolvimento (HOYLER *et.al.*, 2014). Dessa maneira, se espera que o Estado seja capaz de resolver questões de caráter econômico e de gerenciar, formular e implementar políticas que estejam em consonância com aquilo que os parceiros privados acreditam significar desenvolvimento. Entretanto, de fato, a “[...] maior preocupação é criar instrumentos de gestão para que a economia mundial possa ser governada sem barreiras” (GALLON; SEVERO, 2015, p. 67).

O BM, por exemplo, reconhece que, para obter o sucesso de sua agenda, é preciso que aconteçam mudanças na estrutura organizacional da sociedade, incluindo a educação, cujo papel na instituição de marcos legais da boa governança é fundamental, uma vez que, segundo o BM, a educação promove a igualdade de oportunidades ao aprimorar aptidões e habilidades dos indivíduos, aumentando a produtividade dos sujeitos e, conseqüentemente, aumentando o desenvolvimento do

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

país (BORGES, 2003). Além disso, o BM enfatiza que os países cujas instituições públicas forem “fracas” devem permitir o envolvimento de outros mantenedores não-governamentais para que as ações propostas sejam efetivadas (BORGES, 2003). Desta forma, a adjetivação da palavra governança como “boa”, em oposição à ideia de “fraca governação” (MARQUES, 2007), caracteriza, de fato, uma gestão administrativa do Estado relacionada a ideias e discursos pré-estabelecidos pela lógica capitalista, influenciando diretamente na perpetuação da hegemonia dominante (HOYLER *et.al.*, 2014).

Nesse direcionamento o setor público pode, portanto, recorrer ao auxílio de instituições como os organismos internacionais, que dentre as propostas que desenvolvem estão as parcerias público-privadas. Na concepção dominante, tais parcerias são entendidas como contratos estabelecidos entre os setores público e privado, objetivando a oferta de produtos e/ou serviços eficientes e de qualidade para a sociedade, uma vez que o Estado alega ser necessário instituir estes contratos para poder assegurar à sociedade o acesso aos serviços, pois diz ser incapaz de sozinho resolver seus problemas e lidar com suas dificuldades e, dessa forma, não seria possível suprir as demandas sociais (ROBERTSON; VERGER, 2012; REIS, 2013; HOYLER *et.al.*, 2014; PERONI, 2015).

Desse modo, as PPPs vêm servindo de justificativa para que os Estados nacionais se aliem a organismos internacionais por meio de arranjos de governança (COSTA, 2017) ou redes de governança (PERONI, 2015), sendo crescente a influência do setor privado na educação, o que leva Reis (2013) a definir a governança da educação como “[...] um conjunto complexo, articulado, plural e interativo em que pode existir variedade, complementaridade, predomínio ou hibridismo de diversas formas institucionais [...]” (REIS, 2013, p. 114).

No entanto, entendemos que as PPPs em educação significam mais do que um arranjo técnico entre os setores público e privado. Elas fazem parte do plano de reestruturação das políticas educacionais, pois a agenda global, defendida especialmente pelos organismos internacionais, considera o setor educacional essencial para promover o desenvolvimento econômico, político e social, ou seja, a

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

partir do campo da educação será possível alavancar índices em outras áreas da sociedade (ROBERTSON; VERGER, 2012). Essas parcerias também funcionam como mecanismos de controle, a fim de que seja possível ditar o funcionamento social e político dos países aliados, permitindo a disseminação dos interesses da classe que domina a economia mundial (COSTA, 2017).

3 INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NAS PPPs EM EDUCAÇÃO

O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas (ONU) são exemplos de organismos internacionais, liderados por países do capitalismo central, criados no processo de reconstrução geopolítica mundial, próximo ao desfecho da Segunda Guerra (LIBÂNEO, 2016).

Dentre as ações propostas por essas organizações transnacionais, destacou-se a de que cada país – sobretudo os mais pobres, denominados de países emergentes – passaria a executar políticas, programas e medidas transnacionais em comum, orientadas pelo mercado, para desenvolverem suas respectivas economias (LIBÂNEO, 2016). Ao longo do tempo, vêm sendo disseminados princípios e orientações dos países dominantes para os países periféricos, em diversas áreas, especialmente por meio de conferências internacionais.

Foi por intermédio de uma delas, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, no ano de 1990, que os países se comprometeram a garantir que todos os seres humanos tivessem acesso aos conhecimentos básicos necessários para se ter uma vida digna (KORITIAKE, 2010). Este evento “[...] serviu de marco para o delineamento e a execução de políticas educativas no mundo inteiro, principalmente em educação básica, com a integração da educação às demais políticas sociais” (KORITIAKE, 2010, p. 12). Ressalta-se, entretanto, que a concepção de educação difundida está baseada em uma noção de aprendizagem profundamente relacionada aos conhecimentos, habilidades e

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

competências exigidas pelo mundo do trabalho, restritos, portanto, àquilo que o sujeito necessita para trabalhar (LIBÂNEO, 2016).

Entre as ações prioritárias a serem desenvolvidas pelos países, o Plano de Ação da Declaração de Jomtien indicou o estabelecimento de parcerias:

A parceria deve ser estimulada aos níveis comunitário, local, estadual, regional e nacional, já que pode contribuir para harmonizar atividades, utilizar os recursos com maior eficácia e mobilizar recursos financeiros e humanos adicionais, quando necessário. [...] Uma autêntica parceria, caracterizada pela cooperação e compromissos conjuntos de longo prazo, permitirá a obtenção de melhores resultados e o estabelecimento das bases para um aumento substancial do financiamento global para este importante subsetor da educação (UNESCO, 1990, p. 28 e p. 36).

Com isso, a atuação dos organismos internacionais nos países periféricos – incluindo o Brasil – intensificou relações iniciadas desde a década de 1960, por meio da realização de ações como “[...] assistência técnica, produção de seminários, estudos, publicações e estatísticas” (MELLO, 2014, p. 2). A partir do encontro de Jomtien, a entrada do setor privado na execução da política educacional, de modo a fazer valer seus interesses, coincidiu com o aprofundamento da orientação neoliberal (VISEU, 2014). Dessa maneira, as PPPs em educação passaram a expressar uma forma particular de relação entre governos e entidades da sociedade civil, com base em regras de mercado (CÊA; SILVA, 2012). Não obstante o caráter transnacional dos organismos internacionais, é notória a referência ao mercado em suas orientações, por isso o caráter privado das parcerias com eles estabelecidas. No bojo desse movimento está a parceria entre o PNUD e a Semed/Maceió que será tratada a seguir.

4 DESDOBRAMENTOS DA PARCERIA ENTRE O PNUD E A SEMED-MACEIÓ

A parceria entre o PNUD e a Semed/Maceió foi fruto do acordo de cooperação técnica nº 77.150, firmado desde 2010 entre o PNUD e Ministério da Educação (MEC) (PNUD, 2012). Foi a partir de 2013 que o acordo PNUD/MEC

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

viabilizou, entre outras medidas, a promoção de ações envolvendo técnicos do PNUD e da Semed/Maceió, tendo como objeto a política educacional do município (PNUD, 2012). O apoio do PNUD à Semed se materializou mediante a elaboração de pesquisas, diagnósticos e construção de novas propostas pedagógicas para a educação municipal (MACEIÓ, 2014).

O conjunto de ações dessa parceria ganhou o nome de Programa Viva Escola e envolveu gestores municipais, gestores escolares e professores da rede municipal de ensino (MACEIÓ, 2014). Elaborado no ano de 2014, o Viva Escola visava promover mudanças na educação básica de Maceió por meio de ações voltadas para a melhoria da qualidade e da gestão educacionais, para a promoção da inclusão, redução do abandono escolar, para a diminuição do índice de analfabetismo e para o resgate de experiências pedagógicas de qualidade (MACEIÓ, 2015). Quanto aos seus fundamentos, o Programa Viva Escola se baseou em quatro pilares: infraestrutura; ações pedagógicas; recursos humanos, com foco na formação continuada, e gestão, com ênfase no fortalecimento da gestão escolar, além dos seguintes conceitos norteadores de suas atividades: inclusão, qualidade e inovação (MACEIÓ, 2015).

No seu conjunto, o Programa Viva Escola definiu padrões básicos de funcionamento das escolas e orientações referentes ao processo de ensino/aprendizagem. Entre os anos de 2013 a 2019, a parceria PNUD/Semed produziu 8 (oito) documentos orientadores da política da rede pública municipal de ensino nas áreas de Educação Infantil; Ensino Fundamental; Educação de Jovens, Adultos e Idosos; Educação Especial; redução do analfabetismo; gestão, e avaliação¹. Esse conjunto de documentos com padrões e orientações para etapas e modalidades da educação básica, para a gestão escolar e para o enfrentamento do analfabetismo vem provocando alterações significativas na educação que está sendo implementada nas escolas públicas maceioenses e permitindo a introdução de mecanismos de controle do trabalho dessas escolas. Mesmo após o

¹ Para os interessados, os documentos estão disponíveis em <http://www.maceio.al.gov.br/semmed/publicacoes-orientacoes-e-guias/> (Acesso em 8 de novembro de 2020).

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

encerramento da parceria ocorrido em 2019 devido à suspensão do envio de recursos pelo MEC (MACEIÓ, 2019a), a influência do PNUD continua presente na educação pública de Maceió não só em função dos documentos de política educacional, mas também por conta de outro desdobramento.

Decisivamente, a parceria PNUD/Semed solidificou a crença de que a principal medida da qualidade educacional é o Ideb. Duas medidas em curso podem servir de exemplo. A primeira se refere à ênfase no alcance de metas do Ideb por meio de atividades de preparação para essa avaliação – entre elas os simulados preparatórios para a Prova Brasil (MACEIÓ, 2019b), medida que põe em risco o sentido da aprendizagem, reduzindo-a ao alcance de metas de desempenho.

A segunda é a criação do Prêmio Ideb, que destina dinheiro às escolas municipais que alcançarem um bom desempenho na avaliação desse indicador (MACEIÓ, 2020). O incentivo financeiro às escolas ganhadoras do Prêmio Ideb é distribuído da seguinte forma: 8 mil reais para escolas com notas entre 5 e 5,9; 10 mil reais para escolas que atingirem nota entre 6 e 6,9; 15 mil reais para notas entre 7 e 7,9; finalmente, 20 mil reais para escolas que atingirem notas acima de 8 (MACEIÓ, 2020). Esse desdobramento da parceria PNUD/Semed introduz na rede municipal de educação a concorrência intra e entre escolas, disseminando entre profissionais da educação, estudantes e famílias princípios caros à lógica capitalista, como o individualismo e a competitividade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como argumentamos anteriormente, o avanço das políticas neoliberais vem reforçando o argumento de que as parcerias são imprescindíveis para garantir a execução dos serviços do Estado e, dessa forma, as PPPs são vistas como instrumentos de governança, capazes de instituir mecanismos de mercado no âmbito dos serviços públicos. Na educação, a defesa da boa governança, feita especialmente pelos organismos internacionais, pressupõe que a lógica do mercado pode colaborar com os resultados educacionais, negligenciando o fato de que o

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

alcance de metas e de índices pode não representar, necessariamente, que os alunos estejam efetivamente aprendendo.

Viseu (2014) indica que sob a influência de parcerias em educação firmadas entre países, municípios e organismos internacionais vem ocorrendo a reconfiguração das políticas públicas, resultando em novos instrumentos de regulação e de avaliação do Estado: a) premiações e sanções (acréscimo ou redução de recursos financeiros) para as escolas, considerando o nível de atendimento de requisitos definidos em parcerias firmadas entre governos e organismos internacionais; b) prescrição e/ou orientação de procedimentos padrão que devem ser realizados pelas escolas, o que acaba não levando em consideração as especificidades de cada unidade escolar; c) elaboração de pesquisas, estatísticas e instrumentos de gestão com foco no alcance de índices educacionais, conforme metas propostas por organizações transnacionais.

Esse conjunto de instrumentos integra a parceria PNUD/Semed, que reconfigurou a política educacional de Maceió. Como indicamos no texto, a elaboração de documentos de política educacional e a determinação do alcance de índices como medida da qualidade da educação são dois desdobramentos importantes da parceria citada que se instauraram na dinâmica da rede municipal e que se mantêm, mesmo após o término da relação formal entre os parceiros. Dessa forma, fica clara a condição das PPPs como instrumentos de governança.

Tais parcerias, sejam estas desenvolvidas em Maceió ou em outras regiões brasileiras, são orientadas, principalmente, para a efetivação de alterações nos padrões de funcionamento e no currículo das redes públicas e suas escolas. Assim, a governança da educação por meio das PPPs indica, em última instância, a submissão do exercício do controle da organização da educação e daquilo que será ensinado pelas escolas à lógica do setor privado. Por isto, como indicam Robertson e Verger (2012) e Peroni (2015), é importante levantar questionamentos sobre os propósitos desse novo modelo educacional global e sobre os motivos que levam a rede pública a firmar parcerias com organismos internacionais comprometidos com a

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

lógica capitalista, ao invés de se privilegiar a educação como um direito que deve estar acima dos interesses de mercado.

REFERÊNCIAS

BORGES, A. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, 2003.

CÊA, G. S. S.; PAZ, S. R. P. **Quadro categorial**: referências para o levantamento e a análise de dados sobre política educacional. Material interno de pesquisa. UFAL, 2012.

COSTA, M, M. Análise de colaborações entre governo e ONGs e da densidade de ONGs no Brasil. **Revista de Administração Pública – RAP**. São Paulo/SP. 2017.

GALLON, S; SEVERO, M, B. Debate teórico em torno do tema governança: reflexões preliminares. **Revista de Cultura Política**, 2015.

HOYLER, T; BURGOS, F; BRESLER, R; PAULIES, V. Governança ajuda ou atrapalha? Reflexões sobre a gestão educacional local. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, 2014.

KORITIAKE, L. A. Atuação dos organismos internacionais na educação. *In*: CONGRESSO IBERO-LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2010, Elvas - Portugal. **Anais [...]**. Elvas - Portugal: 2010. p. 1-21.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38-62, jan./mar. 2016.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. **Publicações, orientações e guias**. Maceió, 2014. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/semmed/publicacoes-orientacoes-e-guias/>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. O Viva Escola e a cooperação técnica com o PNUD. *In*: _____. **Orientações curriculares para a educação infantil da rede municipal de Maceió**. Maceió: EDUFAL, 2015, p. 248-249.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. **PNUD**: parceria deixa legado de avanços na Educação. Maceió, 2019a. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/2019/10/parceria-com-pnud-chega-ao-fim-e-deixa-legado-de-melhorias-na-educacao/> Acesso em: 05 nov. 2019.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. **Escolas participam de simulado preparatório para avaliação nacional.** Maceió, 2019b. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/2019/09/escolas-participam-de-simulado-preparatorio-para-avaliacao-nacional/> Acesso em: 05 nov. 2019.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. **Maceió ultrapassa pela segunda vez meta estabelecida pelo IDEB.** Maceió, 2020. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/2020/09/maceio-ultrapassa-pela-segunda-vez-meta-estabelecida-pelo-ideb/> Acesso em: 26 out. 2020

MARQUES, M, C. Aplicação dos princípios da governança corporativa ao sector público. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, 2007.

MELLO, H. D. A. Banco Mundial e políticas transnacionais para a educação: convergências e interlocutores no Brasil. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 38, Caxambu - MG. **Anais [...]**. Caxambu – MG: ANPOCS, 2014. p. 1-28. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt25-1/9067-banco-mundial-e-politicas-transnacionais-para-a-educacao-convergencias-e-interlocutores-no-brasil/file> Acesso em: 28 jan. 2019.

PERONI, Vera Maria Vidal. As Nebulosas Fronteiras entre o Público e o Privado na Educação Básica Brasileira. *In: 37ª Reunião Nacional da ANPED*, 2015, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: ANPED, 2015. Grupo de Trabalho. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt05-3903.pdf> Acesso em: 12 abr. 2018.

PNUD. **Acordo de doação**. Projeto de contribuição voluntária “MEC/PNUD” – Relatório de prestação de contas. Brasília: PNUD Brasil, 2012.

REIS, I. Governança e regulação da educação: Perspectivas e conceitos. **Educação Sociedade & Culturas**. 2013.

ROBERTSON, S; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n121/a12v33n121.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2020.

UNESCO. **Declaração Mundial Sobre Educação para Todos** – Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien: Unesco, 1990.

WISEU, S. Revisitando o debate sobre o público e o privado em educação: da dicotomia à complexidade das políticas públicas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 899-916, out./dez. 2014.